

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Corrad Braghiere*

Class.: 380

Data: 18 de setembro de 1957

Pg.: _____

Na CPI, Mesquita ¹⁹⁰incrimina o Cimi

O jornalista Julio de Mesquita Neto confirmou ontem, perante a CPI mista do Congresso Nacional, todas as denúncias feitas pelo seu jornal, O Estado de S. Paulo, contra a atuação do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, de envolvimento com entidades internacionais interessadas em retirar a soberania brasileira sobre vastas regiões do território nacional habitadas por indígenas, que seriam consideradas como "nações", distintas da nacionalidade brasileira.

Em longo depoimento seguido de debates com senadores e deputados, que se prolongaram por quase seis horas, o jornalista paulista — cujas denúncias levaram à criação da CPI — informou que, além dos quatro documentos publicados pelo seu jornal sobre o assunto, ainda há outros, inéditos. E se comprometeu a enviar todos para conhecimento e exame dos membros da Comissão Mista de Inquérito.

REAFIRMAÇÃO

Mesquita Neto disse, em seu depoimento, que a estratégia seguida pelo Cimi e outras correntes políticas ou religiosas a respeito da questão indígena é ampliar, inicialmente, as áreas indígenas, depois, frustrar as ações do governo brasileiro para atuar nas reservas ou próximo a elas; para então criar situações que levem, paulatinamente, à tese de que a soberania nacional é restrita nessas regiões que, portanto, devem ser autônomas.

O jornalista também denunciou uma campanha de desinformação, que pretende confundir o que o jornal paulista escreveu. Assim, a entidade estrangeira que emitiu documento para orientação do Cimi — a chamada "Diretriz nº 4", não é o mundialmente famoso e respeitado Conselho Mundial das Igrejas, sediado em Genebra, mas uma entidade de nome semelhante, chamado "Conselho Mundial de Igrejas

Cristãs", cujo impresso diz ter sede em Genebra, Paris, Londres, Boston e Sidney. E que é formada de várias entidades estrangeiras, todas ligadas a índios, à Amazônia e ao meio ambiente.

Segundo Mesquita Neto, a ação do Cimi e de seus adeptos chegou ao conhecimento da direção do jornal paulista que examinou cuidadosamente os documentos, antes de publicá-los. E até pensou em não divulgá-los, enviando-os ao conhecimento sigiloso do Ministro da Justiça, para a adoção de providências legais cabíveis. Explicou o jornalista que o "Estado" só decidiu pela publicação da série de reportagens quando viu chegar à Constituinte a proposta de emenda com 47 mil assinaturas de jovens austríacos e mais a emenda popular do Cimi, cujos teores coincidem amplamente com a "Diretriz nº 4" e com uma publicação denominada "Digesto", também internacional.

Mesquita Neto classificou de "conspiração contra o Brasil" essa ação coordenada que, entre outras coisas, quer impedir a atuação das Forças Armadas na segurança da zona fronteira, através do Projeto Calha Norte, de construção de campos de aviação e de reforço da guarda das fronteiras internacionais na Amazônia.

Segundo o jornalista, se



Mesquita confirmou

as reservas indígenas forem retiradas do controle do Estado brasileiro, as "nações" índias então ficariam fora da tutela da Funai e sujeitas à legislação de organismos internacionais. "Tudo se resume numa questão de patriotismo e de nacionalismo", finalizou Mesquita Neto que antes pediu uma política indigenista verdadeira para o Brasil, "que proteja o índio em lugar de explorá-lo".

DEBATES

Foram acesos os debates nesta primeira sessão da CPI do Cimi, com numerosas questões de ordem, críticas e até acusações entre membros da própria comissão. De saída, o senador Odacir Soares, de Rondônia, classificou de "suspeito" o relator, senador Ronan Tito, por ter este classificado de "imprestáveis" os documentos publicados pelo "Estado". Ronan Tito desmentiu que tivesse feito essa declaração à imprensa. O próprio Mesquita Neto, em seu depoimento, também estranhou a presença de Tito e do senador Severo Gomes, pelas mesmas razões.

A maioria dos parlamentares da CPI, presentes à sessão de ontem, apoiou as denúncias do "Estado" e acrescentaram detalhes e novas revelações sobre a ação estrangeira na Amazônia, na procura de minérios e na exploração de indígenas. Até parlamentares que não acreditaram plenamente nas denúncias, ou que defenderam o Cimi, admitiram a existência de ações concretas na Amazônia, que provam a cobiça internacional, frequentemente disfarçada como defesa das tribos indígenas ou pela necessidade de sua evangelização.

A CPI do Cimi, presidida pelo deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista e relatada pelo senador mineiro do mesmo partido, Ronan Tito, aprovou a convocação de novos depoentes, inclusive dirigentes do Cimi e o jornalista Roberto Marinho, das Organizações Globo.